



**22º CONGRESSO
ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA
DA APEPREM**

**08 A 10 DE ABRIL DE 2026
CAMPOS DO JORDÃO- SP**

Resolução CMN 5.272/25



- Principais críticas
- Mudança do modelo trazido nos últimos 10 anos –
Pró gestão possibilitando aumento dos limites
- Fechamento do mercado para cerca de 1900 RPPS
sem pró gestão ou nível I – TP e Fundos 100% TP e a
meta de longo prazo
- Fim dos fundos DI traz mais volatilidade

Resolução CMN 5.272/25



- Nova tabela de fundos fere o princípio da diversificação
- Ativos líquidos deveriam ter tratamento diferenciado dos estruturados
- Governança não se confunde com Qualidade dos atores para gerirem os ativos dos RPPS – supremacia deveria ser da certificação profissional

Resolução CMN 5.272/25



- Instituição dos S1 e S2 como administradores é suficiente para proteção dos RPPS – desnecessidade de redução das estruturas de distribuição por AI e inviabilização dos gestores independentes, que hoje somam 17 bilhões nas carteiras dos RPPS
- Desconsideração das grandes corretoras como ferramenta de acesso a TP – dealers

Resolução CMN 5.272/25



- Fundos com mais de 50% do passivo em RPPS tem taxa de administração mais vantajosa e respeita o tempo de cada investidor, diferente dos fundos para investidores em geral
- Ser certificado para poder investir de forma mais diversificada não traz governança, que é o tema da certificação do pró-gestão

Resolução CMN 5.272/25



- Grupo de Trabalho instaurado procura ajustar Resolução na questão da interpretação do artigo 21, par. 10
- Regra de transição ajustando os níveis de pró-gestão utilizando ISP (governança), Certificação e experiência de gestão refletida na carteira pré 5.272
- Propostas de acessos mais amplos aos ativos hoje permitidos

Resolução CMN 5.272/25



- O que faltou antes de definir:
- Entender como estava a evolução nas resoluções
- Permitir espaço para cumprimento da meta, independentemente do momento econômico
- Medir o impacto das decisões sobre o mercado, evitando-se concentração e diminuindo a concorrência

Resolução CMN 5.272/25



- Entender a função dos atores e suas responsabilidades
- Não decidir sobre impacto de um escândalo que atingiu poucos RPPS e cerca de 0,5% do patrimônio
- Punir quem errou. Não todos

Resolução CMN 5.272/25



- Obrigado
- João Carlos Figueiredo
- joao@abipem.org.br
- Fone 11-974941313